

Por alvará de 7 de Março findo, com o visto de 28 do mesmo mês:

Gertrudes Luciana Mestre Santos — para a escola mixta da freguesia de S. Matias, concelho e círculo escolar do Beja.

Por alvará de 8 de Março findo, com o visto de 28 do mesmo mês:

Antónia Dias Correia — para a escola do sexo feminino da sede do concelho de Barrancos, círculo escolar de Serpa.

Por alvará de 11 de Março findo, com o visto de 28 do mesmo mês:

João da Cunha Teles — para a escola da freguesia dos Trinta, concelho e círculo escolar da Guarda.

Por despacho de 12 de Maio findo, com o visto de 28 do mesmo mês:

Etelvina Rodrigues — para a escola do sexo masculino central n.º 12, da cidade e círculo escolar oriental de Lisboa.

Bento da Silva Mendes — para a escola da freguesia de Ipanes, concelho de Miranda do Douro, círculo escolar de Mogadouro.

Por alvará de 13 de Março findo, com o visto de 28 do mesmo mês:

Helena Rosa de Jesus — para a escola do sexo feminino de Ouca, freguesia de Soza, concelho de Vagos, círculo escolar de Aveiro.

Isabel Rebelo Marramaque — para a escola do sexo masculino da Trafaria, concelho de Almada, círculo escolar oriental de Lisboa.

Por despacho de 10 do corrente mês:

Adélia Ilda de Lélis Nogueira, professora da escola mixta da freguesia de Santo Isidoro, concelho de Mafra, círculo escolar de Torres Vedras — licença de noventa dias, por motivo de doença, conforme o parecer da junta médica.

No edital publicado no *Diário do Governo* n.º 77, de 3 do corrente, abrindo concurso para o provimento de escolas, onde se lê: «Serras, concelho de Portalegre», deve ler-se: «Urre, concelho de Portalegre».

Direcção Geral de Instrução Primária, em 11 de Abril de 1913. — O Director Geral, interino, João de Barros.

Por haver saído com inexactidão novamente se publica o seguinte mapa:

Exames do 2.º grau — anos de 1911 e 1912

Número de alunos, resultado dos exames, receitas, despesas, comparação e diferenças entre as duas épocas

	Ano de 1911	Ano de 1912	Diferenças	
			Para mais	Para menos
Requerentes:				
Círculos	(a) 12:727	11:815	-	912
Concelhos	2:078	2:544	466	-
Total	14:805	14:359	Menos 446 em 1912	
Examinados:				
Círculos — aprovados	11:200	10:478	-	722
Círculos — reprovados	1:260	1:013	-	247
Concelhos — aprovados	1:946	2:403	457	-
Concelhos — reprovados	99	99	-	-
Faltaram:				
Círculos	267	324	57	-
Concelhos	33	42	9	-
Total geral	14:805	14:359	Menos 446 em 1912	
Percentagens:				
Aprovações nos círculos	89,9 %	91,2 %	1,3 %	-
Aprovações nos concelhos	95,2 %	96,0 %	0,8 %	-
Aprovações, círculos e concelhos	90,7 %	92,0 %	1,3 %	-
Média das despesas por aluno (b):				
1.ª circunscrição	\$885	\$666	-	\$219
2.ª circunscrição	1\$176	\$755	-	\$421
3.ª circunscrição	\$975	\$651	-	\$324
Círculos	\$880	\$583	-	\$297
Concelhos	1\$581	1\$050	-	\$531
Média geral	\$979	\$683	-	\$296
Receita:				
Recebido em propinas	14:905\$815	15:270\$495	364\$680	-
Pagamentos a cargo das câmaras	3:022\$040	2:196\$475	-	825\$565
Total	17:927\$855	17:466\$970	Menos 460\$885 em 1912	
Despesas:				
Círculos	11:208\$294	6:888\$652	-	4:319\$642
Concelhos	3:286\$895	2:926\$680	-	360\$215
Total	14:495\$189	9:815\$332	Menos 4:679\$857 em 1912	
Saldo a favor do Tesouro	3:432\$666	7:651\$638	4:218\$972	-
Importâncias a cargo do Tesouro	11:473\$149	7:618\$857	-	3:854\$292
Economia realizada (296 réis sobre 14:359 alunos, 1912)	-	4:250\$264	-	4:250\$264
Excesso de despesa (296 réis sobre 14:805 alunos, 1911)	4:382\$280	-	4:382\$280	-
Despesa extraordinária:				
Preparativos de exames — viagem a Lisboa dos inspectores do Porto e Coimbra, 23\$920 réis e 10\$250 réis	34\$170	-	-	34\$170
Delegados dos inspectores — cidade de Lisboa	118\$000	74\$000	-	44\$000
Gratificação por serviços extraordinários a pessoal da Direcção Geral da Instrução Primária	165\$000	70\$000	-	95\$000
Idem, da inspecção da 1.ª circunscrição	90\$000	129\$400	39\$400	-
Idem, da inspecção da 3.ª circunscrição	-	51\$000	51\$000	-
Idem, a serventes do Liceu de Camões	-	21\$000	21\$000	-
Total	407\$170	345\$400	Menos 61\$770 em 1912	
Resumo				
Receita geral	(c) 17:927\$855	17:466\$970	-	460\$885
Despesa:				
Nos círculos	(c) 11:208\$294	6:888\$652	-	4:319\$642
Nos concelhos	3:286\$895	2:926\$680	-	360\$215
Extraordinária	407\$170	345\$400	-	61\$770
Total	14:902\$359	10:160\$732	Menos 4:741\$627 em 1912	
Saldo a favor do Tesouro	(c) 3:025\$496	7:306\$238	4:280\$742	-
Economia realizada em 1912 (réis 4:250\$264 e 61\$770)	-	-	-	4:312\$034

(a) Não entram 76 requerentes (ao abrigo dos decretos de 11 e 15 de Agosto de 1911) do círculo de Lamego. O decreto de 6 de Julho de 1912 anulou algumas provas dos exames e não autorizou as despesas feitas com este serviço.

(b) Nas diferenças a favor de 1912 (média de despesa por aluno) destacam-se os círculos de Angra com 1\$478 réis, Cabeceiras de Basto 1\$453 réis, Lamego 1\$076 réis, S. Pedro do Sul 982 réis, Serpa, 953 réis, Vila Pouca de Aguiar 952 réis e Ocidental do Porto 350 réis. Nos concelhos: Paredes 1\$409 réis, Mértola 1\$380 réis, Mafra 1\$285 réis, Agueda 1\$086 réis, Penamacor 1\$079 réis, Espinho 994 réis, Mora 958 réis, Lagos 946 réis, Aldeia Galega 873 réis, Matosinhos 418 réis e Cascais 339 réis.

(c) Incluindo a quantia de 146\$030 réis, importância da despesa feita no círculo de Elvas, que o respectivo município satisfaz pela sua totalidade.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 11 de Abril de 1913. — O Director Geral, interino, João de Barros.

Direcção Geral de Assistência

1.ª Repartição

Estando a Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal autorizada pelos seus estatutos, a criar um asilo para velhos, para cujo fim já possui os meios necessários;

Atendendo ao que expôs a comissão executiva delegada da mesa administrativa da mesma associação; e

Vistas as informações oficiais:

Manda o Governo da República Portuguesa que a referida corporação seja autorizada a instalar o sobredito Asilo na propriedade situada em Setúbal, no Campo do Bomfim, que D. Maria de Jesus Almeida Sobral legou ao Hospital Civil, a cargo da mencionada instituição.

Paços do Governo da República, em 11 de Abril de 1913. — O Ministro do Interior, *Rodrigo José Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

2.ª Direcção Geral

8.ª Repartição

Beatriz da Fonseca Rosado e Almeida Pinheiro, e Elisa da Fonseca Rosado e Almeida Pinheiro, requerem, como únicas herdeiras de seu pai, o general de divisão do quadro de reserva, Frederico Augusto de Almeida Pinheiro, falecido em 1 do corrente, o vencimento deixado na Fazenda pelo referido oficial.

Esta pretensão será resolvida definitivamente, se findar, sem impugnação, o prazo de trinta dias de éditos, contados da publicação do presente anúncio.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos efectuados na seguinte data

Abril 11

Breno Botelho — nomeado ajudante do notário da Povoação, Pedro Mendonça Machado.

Licença

Bacharel Cristóvão Cardoso Cabral Coutinho de Albuquerque Barata, juiz de direito em Alcácer do Sal — autorizado a gozar dez dias de licença anterior. (Pagou os emolumentos).

Declara-se que o bacharel Anselmo Augusto Taborda da Silva foi nomeado ajudante do conservador do registo predial em Pombal, e não em Leiria, como por equívoco saiu publicado no *Diário do Governo* de 28 de Março findo.

Direcção Geral da Justiça, em 11 de Abril de 1913. — O Director Geral, *Germano Martins*.

Conservatória Geral do Registo Civil

Despachos efectuados em 11 de Abril de 1913

José Joaquim da Cunha — exonerado de ajudante do posto do registo civil da freguesia de Cossourado, do concelho de Paredes de Coura.

Manuel António Gonçalves — nomeado ajudante para o referido posto.

Miguel Martins Cardoso — exonerado de ajudante do posto do registo civil da freguesia de S. João de Corveira, do concelho de Valpaços.

Júlio Ribeiro de Sousa Neves — nomeado ajudante do referido posto.

Licença

Bacharel Mário Faria Carneiro Pacheco, oficial do registo civil no concelho de Santo Tirso — concedida licença de trinta dias. (Pagou os respectivos emolumentos).

Conservatória Geral do Registo Civil, em 11 de Abril de 1913. — O Conservador Geral, *Germano Martins*.

4.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Sob proposta do Ministro da Justiça e nos termos do artigo 30.º e seus §§ 2.º e 3.º da lei de 20 de Julho de 1912: hei por bem decretar, tendo ouvido o Conselho de Ministros, que no orçamento do Ministério da Justiça em vigor, aprovado por lei de 30 de Junho do mesmo ano, se faça a transferência, devidamente registada na Direcção Geral da Contabilidade Pública, da quantia de 16.160 escudos do capítulo 6.º — Serviços prisionais — sendo 1.160 escudos do artigo 15.º, pessoal do quadro da Penitenciária de Coimbra, e 15.000 escudos do artigo 19.º, material (oficinas) da Penitenciária de Lisboa, para o capítulo 9.º — Colónias agrícolas correcionais — devendo a referida importância, que fica constituindo, no corrente ano económico, a dotação da colónia penal agrícola, criada pelo artigo 14.º da citada lei de 20 de Julho, ser descriminada em conformidade com o mapa junto, que faz parte do presente decreto e baixa assinado pelo Ministro da Justiça.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, em 29 de Março de 1913. — *Manuel de Arriaga* — *Afonso Costa* — *Rodrigo José Rodrigues* — *Alvaro de Castro* — *João Pereira Bastos* — *José de Freitas Ribeiro* — *António Cuetano Macieira Júnior* — *António Maria da Silva* — *Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro*.